

## **2º Congresso AMA Alentejo**

### **Comunicação**

O texto apresentado ao 11.º Congresso do Alentejo (1999) adquire, no panorama de involução das políticas inclusivas, renovada actualidade, porque se acentuaram, visivelmente, os diagnósticos enunciados, ao mesmo tempo que as propostas de intervenção gizadas não foram analisadas, acolhidas nem avaliadas.

A realização: Ano Europeu da Deficiência [AEPD (2003)] Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos [AIOT (2007)] sugeririam transformações sociais tendentes à inclusão.

detecta-se que houve transformações antagónicas, tendentes à exclusão, invertendo eventuais expectativas positivas, em desilusões objectivas. As revisões legislativas e a legislação recente restringiram, reduziram e suprimiram: conquistas; direitos, garantias, protecções e mecanismos de vigilância, parecendo inexplicável e ininteligível a cumplicidade/complacência dos órgãos de soberania do Estado dito de Direito Democrático, bem como a passividade da «sociedade civil» à negação de direitos fundamentais, universalmente reconhecidos, constantes de obrigações assumidas pelo Estado, através de instrumentos jurídicos eficazes, no direito interno e externo. 19 anos volvidos, todos os indicadores de inclusão regrediram. Transcreve-se, actualizado, o texto proposto ao 11.º Congresso do Alentejo, expressão reveladora da estagnação/retrocesso territoriais da inclusão.

{A igualdade de oportunidades inscrita na Declaração Universal dos Direitos do Homem, disseminada por numerosas convenções, declarações, resoluções internacionais, constitui opção estratégica, geratriz de um conjunto de princípios e orientações de política social, inequivocamente ajustadas às condições da região Alentejo.

As questões sociais irromperam subitamente na comunicação social, de um modo geral tratadas como um processo de ampliação de audiências, deixando/desprezando, acintosamente, as causas e consequências dos casos individuais tratados. Estes procedimentos resultam da subserviência da comunicação social aos grupos económicos cujo interesse fundamental consiste na manipulação da opinião pública, visto que essas questões são hiperbolizadas como apelo aos sentimentos primários, mas não são expostas como pedagogia da mudança.

A confluência no discurso político da problemática social é outro sintoma da emergência e pertinência da grave crise social no linear do terceiro milénio. Mesmo quando os políticos defendem propostas antagónicas ao desenvolvimento social, o seu discurso é a semiótica do complexo de culpa pelas práticas passadas e do incontrolável pavor das consequências futuras da trágica degradação social.

É reduzida a informação acessível aos verdadeiros destinatários sobre política social, designadamente sobre o imenso conjunto de direitos inscritos na ordem jurídica externa e interna. Foi feito, muito pouco, na região Alentejo, para celebrar o 50º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, perdeu-se áurea e propícia oportunidade para promover a pedagogia do Direito e dos direitos individuais e colectivos. Que programas ou actos cívicos serão promovidos para comemorar o 70.º aniversário da Declaração?

Parece que a questão social na sua multiplicidade e polissemia provoca temor ao poder e aos poderes; E pretexto para a alienação da opinião pública, em nome da ampliação de audiência, na comunicação social. É ininteligível que a questão social, bomba atómica do SEC. XXI, não tenha adquirido a categoria de prioridade na planificação do poder central e dos poderes regionais. Que catástrofe será necessário suceder para que a ampla, complexa, múltipla problemática social seja considerada na sua dimensão/significado nos planos de desenvolvimento?

## **“DESENVOLVIMENTO É O NOVO NOME DA PAZ”**

Como escrevemos na comunicação apresentada em congresso, 30/40 % da população Alentejana é dependente da política social. Esses valores não cessam de crescer. De acordo com estimativas oriundas da União Europeia {Plano para a Igualdade (AEPD) (2003)} a população com deficiência pode estimar-se 14,5/15,5%, dependendo de factores diversos; as características peculiares da região fazem prognosticar o índice superior. Alguns analistas têm afirmado que na região de Lisboa e Vale do Tejo podem habitar e viver 600000 alentejanos, um número significativo atingiu a reforma ou encontra-se em etapa próxima desse momento. Se, por hipótese, 200000 patrícios regressarem à região Alentejo que respostas estão planificadas para acolher esse fluxo populacional, considerando que o alargamento da esperança de vida conduz à redução dos diversos níveis de autonomia pessoal? Saliente-se que, em virtude das condições de crescente subdesenvolvimento da região, não é previsível o regresso das 2ª e 3ª gerações de alentejanos. Isto significa que o eventual regresso da 1.ª geração de migrantes produzirá o crescimento da população dependente e, em consequência, o reequacionamento da planificação das políticas sociais para a região Alentejo.

**“toda a pessoa tem direito a um nível de vida capaz de lhe assegurar – a si e à sua família – a saúde e o bem-estar...”**

O sector da saúde mereceu ao longo dos anos diversos debates. Todos os dias os deficientes e outros sectores dependentes / desfavorecidos da população nos transmitem preocupações e angústias, porque se sentem completamente desprotegidos:

- a) Por ausência de médico de família;
- b) Por largas esperas por consultas ou quais quer outros actos médicos;
- c) Por larga espera de consulta de especialidades e exames para diagnóstico;
- d) Por larga espera para internamento ou cirurgia

- e) Pela ausência de serviços ambulatoriais e domiciliários;
- f) Pela constante redução ou supressão na comparticipação dos medicamentos;
- g) Pelos bloqueamentos na prescrição de próteses, ortóteses e ajudas técnicas;
- h) Pela ausência de consultas de medicina de reabilitação e ajuda psicossocial;
- i)) Por inadequação às condições dos deficientes e deficiências dos serviços de internamento nos hospitais do Alentejo;
- j) Por frequentes descortesias e imperfeições nas juntas médicas;
- k) Por atendimento muito deficiente em diversas urgências médicas;
- l) pela política de privatização da saúde;
- m) pelo subaproveitamento de capacidades instaladas em alguns hospitais intermédios;
- n) pelo subfinanciamento do sector;
- o) pela política de inactivação e encerramento de serviços, designadamente: extensões periféricas (rurais) dos centros de saúde concelhios; SAP.S; centros de saúde nos concelhos.

O diagnóstico sumariamente enunciado configura laxismo e não pode deixar de considerar-se violação de um direito humano fundamental – “O direito à saúde” – equiparado ao «direito à vida».

De acordo com o congresso de Zaragoza “1º Congreso Europeo Comunitario de la Tercera Edad en el Medio Rural – 1997” a população idosa crescerá progressivamente, sendo provável que em algumas regiões no 1º quartel do séc. XXI a população idosa se aproxime dos 40%. Esta população pelas suas características carece de atendimento de qualidade nos serviços de saúde, sendo incompatível com estas necessidades a progressiva degradação dos serviços de saúde na região Alentejo. Temos assistido:

ao encerramento das extensões periféricas dos Centros de Saúde em diversas zonas rurais de acentuado decréscimo demográfico,  
à redução de actividade de outras extensões periféricas;

à progressiva degradação no funcionamento dos centros de saúde concelhios, bem como à saturação e redução da qualidade nas emergências médicas;

à saturação de alguns hospitais distritais e ao subaproveitamento de outros de recente construção, em obediência a favores e clientelas políticas;

à redução de pessoal qualificado na administração regional de saúde do Alentejo;

ao laxismo e à protecção de clientelas e compadrios em detrimento da qualidade do serviço prestado às populações.

O panorama enunciado é um inqualificável escândalo e faz realçar o desprezo do poder pelos direitos mais elementares da população alentejana. É clamoroso o espectáculo junto de alguns centros de saúde concelhios onde idosos, deficientes e crianças se aglomeram desde madrugada, aguardando por uma consulta médica que frequentemente não é obtida. Digam-nos que significam, nestas circunstâncias, os direitos humanos, os direitos constitucionais! Expliquem-nos, se poderem, a passividade do poder perante esta inaudita violação dos direitos fundamentais! Será esta a recompensa merecida por quem fez tantos sacrifícios pela construção de um estado democrático?

Levamos 30 anos de retrocesso na política de saúde, e tais são as despudoradas cumplicidades com os interesses económicos que se consentiu a redução da formação de pessoal qualificado que afecta e afectará as políticas de saúde nos próximos decénios.

Ainda que a muitos pareça assincrónico, tais foram as causas da iníqua e escandalosa tragédia de Évora - 1993 plasmada na morte de 25 a 30 deficientes, e o mais grave é a impunidade dos responsáveis pela violação de um direito fundamental “O direito à vida”! Quantas violações desse direito aconteceram ou podem acontecer no silêncio e obscuridade, pela degradação dos serviços de saúde?

“TODOS OS SERES HUMANOS NASCEM LIVRES E IGUAIS EM DIGNIDADE E EM DIREITO...”

Todos os estudos evidenciam o subdesenvolvimento da região Alentejo. Têm sido identificadas causas históricas mas, a discriminação imposta ao Alentejo, nos últimos lustros, destacam-se como primeira responsável pela caracterização como uma das regiões menos desenvolvidas da União Europeia.

Um terço do território nacional recebeu dos quadros comunitários de apoio entre 5% e 8% dos fundos atribuídos. O desemprego nesta região excede largamente a média nacional; A desertificação demográfica, o abandono da agricultura, a ausência de indústrias, o envelhecimento acentuado da população, as mais baixas fatias do rendimento nacional, a redução ou supressão da rede de transportes públicos, o decréscimo de qualidade e eficiência de todos os serviços públicos configuram um quadro iníquo, injusto que subverte os princípios de igualdade imanentes ao estado de direito democrático. Nascer no Alentejo, hoje, é prognóstico: de desigualdade de oportunidades no acesso a um vasto conjunto de direitos e à fruição de um conjunto de perspectivas de desenvolvimento/enriquecimento cultural. O Alentejo suporta uma das mais baixas taxas de natalidade do território nacional e, em virtude do subdesenvolvimento crescente, é clamoroso o êxodo da população jovem para outros espaços de desenvolvimento e oportunidades de integração na vida activa.

Qualquer observador preocupado que visite, ao acaso, as nossas freguesias rurais constrange-se pelo panorama de pessimismo e desolação reinantes. A indiferença não diminui, mesmo perante a taxa de suicídio na região, parece que ser alentejano é ser portador de um pecado original que não merece absolvição dos prepotentes detentores do poder central.

É certo que grande parte destes traços de subdesenvolvimento manifestam-se em todo o interior. As assimetrias interior/litoral comprometem o desenvolvimento harmonioso do país.

A recente expansão de vias rápidas de comunicação foi por muitos considerada como um potencial factor de desenvolvimento. As acessibilidades aproximam ou

afastam o desenvolvimento? A resposta a esta questão é controversa, o tempo dará razão aos defensores das teses em confronto.

Como quer que seja, o Alentejo deve unir-se, reclamar, em uníssono, a inversão de políticas geradoras ou sustentadoras destas assimetrias. É necessário e urgente envolver os alentejanos da diáspora nesta reclamação, porque, de outro modo, não romperemos o pessimismo ou fatalidade trágica que parecem condenar o Alentejo ao ostracismo.

Não ignoramos que o modelo económico neoliberal, idolatrando o mercado, é a causa primordial da situação no mundo, do crescimento da pobreza. Sugerimos a leitura dos relatórios sobre o desenvolvimento humano, divulgados pelas Nações Unidas.

O diagnóstico é medianamente claro, ainda que a terapêutica proposta não seja a mais ajustada à transformação da situação planetária. O crescimento continuado da pobreza, da marginalidade, do analfabetismo, o ressurgimento de doenças que se julgavam erradicadas, são sinais fulgurantes da crise social universal, no fim do 2º milénio; a situação na região Alentejo explica-se pela submissão dos poderes políticos ao nefasto modelo de desenvolvimento neoliberal, impropriamente apelidado de globalização.

A última década do segundo milénio assistiu à guerra do golfo e ao recrudescimento da guerra na Europa, quando a paz se julgava consolidada. A voracidade do mercado, a crescente acumulação da riqueza, a desmesurada especulação financeira, eis as verdadeiras e reais causas do subdesenvolvimento da região Alentejo.

“toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, obtendo satisfação dos direitos económicos, sociais e culturais...”

A análise da política de acção social faz evidenciar substanciais diferenças no que diz respeito à política de saúde. Desde logo, porque nunca funcionaram estruturas concelhias rurais de intervenção social. A existência de grande número de instituições (predominantemente de inspiração religiosa) na sequência de uma longa tradição assistencialista /caritativa, foi utilizada como estratégia de dupla significação : por um lado foi utilizada para simular um programa integrado de intervenção, por outro lado a utilização dessa rede ajustava-se perfeitamente às políticas economicistas ,destinadas a reduzir recursos.

No início da década de 80 desencadeou-se um processo de crescente e acentuada desresponsabilização do Estado que, mediante estratagemas múltiplos - protocolos, acordos/contratos - criava a falsa ideia constante na ilusão da eficiência das respostas, ainda que ocultasse o verdadeiro objectivo, reduzir o mais possível os recursos atribuídos às políticas de acção social.

Não nos pronunciaremos, na circunstância, sobre a larga e complexa actividade das instituições privadas, mas não ocultando méritos, mantemos interrogações e reservas fundadas no que diz respeito:

à relação entre princípios enunciados e programas de intervenção postos em prática;

à racionalidade da organização de diversas instituições;

à democraticidade /legalidade do funcionamento das mesmas.

A estratégia de simulação anteriormente referida conduziu, inexoravelmente, ao deserto de intervenção social na região Alentejo. Os projectos políticos de redução de gastos e, em consequência, de desresponsabilização do Estado pelas políticas de acção social, reduziram substancialmente a qualidade dos serviços porque, paralelamente, o agravamento da crise socioeconómica não gerou, por parte da sociedade civil, recursos capazes de suprir o deficit do Estado.

O modelo IPSS, sintetizado em legislação retrógrada, revelou demasiadas vulnerabilidades.



A década 85/95, constituiu um período histórico cujo traço essencial e fundamental foi a promoção de políticas anti-sociais, apesar da constante contradição dos discursos.

A título de exemplo, diremos que utentes profundamente carenciados, esperaram meses e anos pela visita domiciliária de técnicos sociais. Tem sido igualmente significativa a ambiguidade e promiscuidade na concessão de ajudas técnicas, próteses e ortóteses, para deficientes.

A reestruturação anteriormente aludida produziu burocracia desnecessária, não acrescentou nada de novo ao panorama desolador das políticas de acção social no Alentejo.

É oportuno interrogar-nos: que significaram as repetidas propostas de transferir para as autarquias locais competências na área da acção social, oriundas de Governos cuja hostilidade ao poder local era indisfarçável?

Que significa o pacto social de legislatura, assinado em 19 de Dezembro de 1996?

Quanto ao pacto não pode deixar de salientar-se a selecção das instituições signatárias, em paralelo à exclusão de representação significativa das organizações representativas das pessoas com deficiência, definidas pelas Nações Unidas, como “os mais pobres entre os pobres”.

Não será o pacto social outra manobra de diversão destinada a ocultar uma concepção neoliberalista das políticas de acção social?

É inquestionável, em virtude das transformações demográficas, reformar a Segurança Social, mas quaisquer reformas que sejam feitas devem observar os princípios constitucionais, garantir protecção a todos os segmentos populacionais carenciados e assegurar o controle democrático através da participação de organizações representativas dos destinatários e trabalhadores, na planificação, execução, avaliação de todas as políticas de acção social.

As reformas a introduzir devem inequivocamente modernizar as políticas de acção social, em consonância com a constante evolução do quadro dos direitos

fundamentais, sendo certo que a crise social, pode transformar-se na “verdadeira bomba atómica do séc. XXI”.

recentes relatórios de organizações internacionais idóneas fazem luz sobre análises produzidas por algumas organizações de defesa e promoção dos Direitos Humanos, censuradas, porque o «rotundo fracasso» nos últimos seis decénios da aplicação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, exprime muito mais: sucumbiu o discurso retórico, sempre disponível e utilizável quando a demagogia e a manipulação fossem eficazes à expansão de modelos e políticas de desenvolvimento desenhadas para ampliar o poder/lucro dos grandes grupos económicos.

Subitamente, a trágica crise alimentar, aparentemente imprevisível, descodificou todas as falácias suportadas no discurso hipócrita dos Direitos Humanos, expandido através de potentes instrumentos comunicacionais, a partir dos centros de alienação ao serviço, sob direcção dos grupos objectivamente responsáveis pela crise cujas consequências são, por agora, imprognosticáveis.

Esta previsão trágica deve permitir reformar: para prevenir a crise, proteger as populações, realizar a utopia dos direitos humanos...)

A citação de excerto significativa do texto apresentado aos congressos anteriores sublinha: a actualidade do texto; a estagnação das reformas nas políticas sociais.

Desde 1995, surgiram propostas com traços positivos, em especial o rendimento mínimo garantido. Esse programa, tendo por substrato um modelo teórico positivo, não produziu os efeitos desejados, porque subsistiram as disfunções e bloqueamentos nos serviços envolventes.

Suspeições fundadas quanto as metodologias, estratégias, avaliações, mereceram-nos os planos de luta contra a pobreza. Promovidos por instituições seleccionadas, na base de critérios subjectivos - clientelas, favores, compadrios, outros procedimentos obscuros - os planos não cumpriram requisitos fundamentais salientando-se: diagnóstico, destinatários, critérios de opção de destinatários,

estratégias, objectivos, avaliação, estrutura pós plano, recursos residuais, sustentabilidade das estruturas.

Esta última questão adquire relevância, porque criadas expectativas, a redução ou supressão de serviços prestados, causou aos utentes insegurança e angústia, provocou nas instituições crises de funcionamento cujas consequências importaria analisar e prevenir. Numa região cuja população dependente cresce, exige-se um diagnóstico rigoroso e objectivo às necessidades e planeamento eficiente das acções, deixando de lado critérios e procedimentos intransparentes, implementando programas integrados e sectoriais assentes em bases objectivas, avaliados e fiscalizados por todas as instituições intervenientes.

O CRSSA (actual CDSS) não reuniu nos últimos 13 anos com um número significativo de instituições de intervenção social, salientando as instituições de e para deficientes.

Cabe reflectir a propósito do comportamento de diversas instituições que agem empiricamente, sem estratégias, nem planificação, julgando, numa visão salvífica, poder resolver todos os problemas sociais. Várias instituições procuram, isoladamente, maior fatia de benesses, utilizando, frequentemente, procedimentos na margem da ética, de modo que possam inflacionar estruturas e serviços, sem planificar previamente, objectivos, estratégias, eficiência, isto é, mudanças obtidas junto dos utentes.

Parece assim, poder considerar-se, face às características demográficas da região, fundamental equacionar programas, destinatários, acções, tempo de duração e resultados. As populações mais dependentes, deficientes e idosos, são utentes dos serviços que carecem de sustentabilidade, visto que os seus utentes são objecto da sua acção, durante toda a vida.

Estas considerações e críticas ajustam-se: ao propósito de considerar a política social a expressão de um conjunto de direitos universalmente reconhecidos; rejeitar concepções assistencialistas, ou outras de recorte ainda mais subjectivo e perverso.

Entendemos que o discurso dos direitos humanos, pela sua profunda significação humanista: deve romper/destruir utilizações retóricas, manipulações interessadas; transformar-se em fonte/inspiração da política social, na região Alentejo. Exortamos o congresso a concluir:

Que seja definido, executado e avaliado um plano de política social para o Alentejo, assegurando a participação das organizações de utentes, baseada: na publicação da Lei 127/99 de 20 de Agosto; Declaração de Madrid; (1.º Congresso Europeu da Deficiência) Convenção da ONU sobre os Direitos Humanos das pessoas com deficiência; Lei 38/2004/08/18; as associações de pessoas com deficiência exigem: “As associações, consoante o seu âmbito tem o direito de participar na definição das políticas e das grandes linhas de orientação legislativa no domínio da reabilitação e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

As associações com representatividade genérica gozam de estatuto de parceiro social para todos os efeitos legais, designadamente o de representação no Conselho Nacional de Reabilitação e nos demais órgãos consultivos que funcionem junto das entidades que tenham competência nos domínios da prevenção da deficiência, da reabilitação e da equiparação de oportunidades das pessoas portadoras de deficiência.” Artigo 4º n.ºs 1/2 da Lei 127/99.

Garantida a participação das associações de pessoas com deficiência, é oportuno alargar/garantir essa participação a organizações representativas de outros utentes, convictos que esse processo amplo é caminho para o sucesso e para a transparência dos programas.

A supressão do direito ao diálogo/participação, introduzida pelo anterior governo, surpreendentemente acolhida pelo actual governo, sendo sintoma de inversão da mudança indiciada, é: grave afronta à legislação externa/interna; lacuna no rumo incluyente.

O comportamento das populações dependentes caracteriza-se, predominantemente, pela passividade/seguidismo perante dirigentes e instituições.

As necessidades suscitam o temor de represálias, desencadeiam mecanismos inconscientes de gratidão cativa. Estes comportamentos explicam o interesse de determinados segmentos ligados ao poder político/económico pelo trabalho social dito voluntário. Esse pseudovoluntarismo oculta propósitos: de manipular e utilizar esses grupos carenciados; transformá-los em poder, (voto cativo) núcleos de pressão.

A mudança de atitude depende: do reforço das organizações de destinatários; da consciencialização das populações dependentes que a política social não é um favor do poder; antes inequívoca manifestação das transformações históricas no caminho rumo aos direitos/dignidade da pessoa humana.

Era suposto que essa participação resultasse do desenvolvimento do «pacto social de legislatura de 19/12/96». Surgiram inesperados obstáculos à revisão da legislação, porque a desresponsabilização do estado, o envolvimento da sociedade civil, circunscreveram-se a lóbis institucionais que não estimavam a abertura e participação. Por outro lado, a tibieza do poder político acentuou esses bloqueamentos. Quanto maior for a dependência da população, mais se esperam e desejam políticas sociais ajustadas. Um vasto conjunto de instrumentos jurídicos nacionais e internacionais - convenções, declarações e resoluções - definiu sempre a participação como via aberta para o sucesso das políticas e programas sociais.

É provável que esta comunicação, eivada de pessimismo, seja uma “pedrada no charco” de certas visões triunfalistas que parecem encontrar o paraíso prometido no desenvolvimento económico.

Este discurso pessimista projecta, por intertextualidade, a mundividência da poesia popular Alentejana de Florbela Espanca e Manuel da Fonseca. Poetas e poesia de imenso significado [Cante Alentejano (património cultural imaterial da humanidade)] quanto à forma e conteúdo, a sua voz é expressão plangente do lamento de um povo e do seu arcaico clamor por justiça social.

Temos dito e repetido que a problemática social pode condicionar todos os outros vectores do desenvolvimento. Ainda que o nosso discurso tenha sido recebido: com indisfarçada indiferença; eventualmente com alguma hostilidade; sustentamos este combate, porque sabemos que o terceiro milénio é portador de sinais de profunda crise e projectos de radiosa esperança!

A constância deste discurso quer transmitir ao auditório do congresso:

Permanente inquietação; ajustada preocupação. «Não nos falta na vida honesto estudo» ...

Sabemos que é necessário e imprescindível o desenvolvimento! lutamos para que esse desenvolvimento assente numa raiz humanista que aja de projectar-se na qualidade de vida das populações dependentes da nossa região.

Porque o congresso do Alentejo é um espaço dinâmico de propostas de mudança; porque mudança humanista é semente de um futuro digno para as populações dependentes da região; na base da nossa experiência, conhecimento, reflexão, formulamos um conjunto de propostas que podem constar das conclusões deste congresso:

### Propostas

- 1- articulação acção social – saúde - educação – emprego;
- 2- desburocratização dos serviços adscritos às políticas inclusivas, no Alentejo;
- 3- criação de estruturas concelhias, participadas, de intervenção e acção social;
- 4- programas especiais para infância, família, deficientes, idosos e outras populações de risco;
- 5- integração de pessoal técnico qualificado que garanta objectividade e qualidade científica nos programas de intervenção, junto dos diversos segmentos da população;

6- criação, nos órgãos desconcentrados, de departamentos especializados que garantam a execução de programas vocacionados a inclusão;

7- cooperação efectiva com as autarquias locais: celebração de pacto regional a favor da inclusão; desenvolvimento de protocolos, parcerias «aliança forte» tendentes à intervenção singular/insubstituível das organizações ««das»» pessoas com deficiência;

8- participação das instituições genuínas e representativas das organizações de utentes da política social; 8.1- sublinhar: «as pessoas com deficiência são os verdadeiros peritos em tudo quanto impacte/interfira nas políticas incluídas»: planificação, definição, execução, supervisão, avaliação do trajecto político, génese da sociedade inclusiva;

9- Instituição de mecanismos dotados de competências: vigiar, garantir e proteger, sempre que se verifique: incumprimento da legislação; adulteração/intransparência de programas tendentes à construção da «sociedade inclusiva»; aplicar sanções correctoras.

Ainda duas propostas fundamentais:

definição execução e avaliação de um plano integrado de política social para o Alentejo.

realização de um congresso de todas as instituições particulares de intervenção social na região Alentejo, podendo esse congresso ser precedido de congressos distritais.

## **Conclusão**

**Neste Alentejo fraterno e solidário, vivificado pela utopia: igualdade entre os homens, justiça social, quisemos ser a voz da utopia, quisemos exaltar os direitos humanos, quisemos contribuir para que o congresso seja – “ um espaço aberto a ideias e ideais”**

**Tem sido doloroso – como tal expresso/sentido pelas pessoas com deficiência – o afastamento do poder local, das questões sociais.**

**Pesou amargamente a ausência de todas as autarquias locais, 10/12/2016**

{40 Anos de Constituição - 40 anos de Poder Local, Trajectória Inclusiva},  
maugrado as imensas diligências, em clima de indizíveis constrangimentos. Salvo a Câmara municipal de Borba, tal atitude, desapreciando a crise social, reapareceu, 23/06/2018, colóquio/seminário: «Envelhecimento, Deficiência»; O progressivo afastamento do poder local (início do milénio) da temática social, na dimensão humanista, é indício profético de concepções desfocadas do substrato fraterno, solidário, humanista do povo alentejano.

**No novo futuro que auguramos para o Alentejo, hão-de erguer-se as bandeiras da solidariedade, da justiça, do humanismo...**

O Alentejo, vestido de valores, comprometido na trajectória humanista, há-de semear «novidade», sonho, «mundo novo, legando às gerações vindouras a sua raiz nutrida na dignificação da pessoa, das pessoas, da humanidade!...